



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

INFORME DE ANÁLISE

Candidaturas
de Profissionais
da Segurança
Pública - 2022¹



EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago (licenciada)

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Elisandro Lotin de Souza (licenciado)

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Beatriz Teixeira (estagiária)

Thaís Carvalho (estagiária)

Pesquisadora Associada

Sofia Reinach

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo



Segundo dados preliminares do TSE, o número de policiais candidatos nas eleições gerais do Brasil cresceu 28,5% em relação às eleições de 2018. Em 2022, serão 1.888 candidatos² oriundos das forças de segurança pública e defesa ante 1.469 em 2018³. Se considerarmos as proporções de candidatos dessas categorias em relação ao total de candidaturas em cada Unidade da Federação, teremos uma média de 6,6% de participação de policiais. E, bem acima da média nacional, chama atenção que Amazonas, Distrito Federal e Rondônia são aquelas com maior número relativo de candidaturas policiais, com, respectivamente, 11%, 10,9% e 10,1% do total das candidaturas dessas localidades. Em sentido contrário, destaca-se o Ceará, que foi palco de fortes disputas políticas em torno da agenda das polícias em 2021, que culminou com o motim da PMCE. Naquele estado, contra uma média nacional de 6,6% apenas 4,4% de todas as candidaturas registradas no TSE são de profissionais da segurança pública.

TABELA 1
Candidatos policiais, por UF da candidatura

Unidades da Federação	Candidatos policiais	
	Números absolutos	Percentual em relação ao total de candidatos
Acre	35	6,6
Alagoas	38	8,1
Amapá	43	7,9
Amazonas	69	11,0
Bahia	86	5,2
Ceará	43	4,4
Distrito Federal	93	10,9
Espírito Santo	49	6,5
Goiás	76	6,3
Maranhão	47	5,0
Mato Grosso	36	7,2
Mato Grosso do Sul	39	6,6
Minas Gerais	127	5,0
Pará	69	7,0
Paraíba	38	5,2
Paraná	96	6,2
Pernambuco	59	5,3
Piauí	26	6,2
Rio de Janeiro	250	9,2
Rio Grande do Norte	38	7,0
Rio Grande do Sul	84	6,0
Rondônia	62	10,1
Roraima	20	3,4
Santa Catarina	36	3,7
São Paulo	239	6,7
Sergipe	48	9,3
Tocantins	40	7,8
Executivo Federal	2	8,3
Total	1.888	6,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Dados gerados em 19/08/22 às 13h06; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Obs: Total de policiais calculado a partir das ocupações e dos nomes de urna dos candidatos.



Em termos absolutos, o estado com o maior número de candidaturas da área é o Rio de Janeiro, com 250 nomes, seguido por São Paulo, com 239, e por Minas Gerais, com 127, mas vale lembrar que esses três estados são os estados com os maiores efetivos de policiais militares e civis do país. Agora, se separarmos as 1.888 candidaturas por corporações, temos, entre outros, 192 candidatos que se declararam policiais civis ou federais e 824 policiais militares. Neste último caso, observa-se um crescimento de 10,9% em relação a 2018.

TABELA 2
Candidatos policiais, por ocupação informada ao TSE

Ocupação informada	Candidatos policiais
PoliciaI Militar	824
Militar Reformado	244
PoliciaI Civil	192
Bombeiro Militar	119
Membro das Forças Armadas	60
Outras ocupações	449
Total	1.888

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Dados gerados em 19/08/22 às 13h06; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Obs: Total de policiais calculado a partir das ocupações e dos nomes de uma dos candidatos.

Para compreender o protagonismo dos policiais na cena política e institucional do Brasil é válido ter em mente que quando falamos em “politização”, há uma acepção do termo que é positiva, ou seja, há a aposta da Constituição de que todos os brasileiros se tornem cidadãos ativos e conscientes de seus deveres e obrigações, bem como busquem defender seus projetos políticos e interesses. O que é ruim é radicalização partidária e ideológica desses profissionais e a politização das instituições policiais, como se elas fossem propriedade desse ou daquele grupo de pressão e/ou político.

E, quando olhamos para essas questões, temos que analisar as regras eleitorais que autorizam os profissionais de segurança pública a participar de eleições e os seus impactos na organização desses profissionais enquanto atores políticos. Ao contrário dos integrantes do Ministério Público ou do Poder Judiciário que precisam abrir mão de suas carreiras, caso queiram se candidatar, a legislação brasileira permite que policiais disputem eleições sem a necessidade de saírem de suas carreiras nas polícias e/ou estejam sujeitos a regras de transição. A legislação acaba por privilegiar as carreiras policiais em relação às demais e isso facilita candidaturas e protagonismo.

Na prática, a autorização para militares das Forças Armadas ou das Polícias Militares com mais de dez anos de serviço concorrerem às eleições, sem precisar renunciar ao posto militar, está prevista na Constituição de 1988. Só devem renunciar se forem eleitos, entrando automaticamente para a reserva. Já os militares, sejam eles federais ou estaduais, com até dez anos de serviço precisam se afastar permanentemente do posto antes de se candidatar. Já em outros países, a participação de membros de forças de segurança nas eleições é mais limitada ou, mesmo, proibida. Chile, Estados Unidos, França, Inglaterra e Portugal têm regras para impedir ou regular candidaturas de militares ou policiais. Apenas Alemanha e Canadá assemelham-se ao Brasil e permitem que policiais possam se candidatar a cargos ele-



tivos. No caso norte-americano, por exemplo, nenhuma polícia que receba recursos federais pode permitir que seus integrantes saiam candidatos sem antes demitirem de seus postos os policiais interessados na política (ROSSI, 2020).

Análise feita na edição de 2020 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sugere que policiais tendem a ser mais eleitos em contextos de crises e de reversão de expectativas não apenas no ambiente econômico, mas de prioridades e ideologias políticas. No caso da segurança pública, o crescimento do fenômeno dos policiais na política partidária precisa ser matizado pelos múltiplos movimentos do campo, mas também precisa ser lido pela construção de uma narrativa que tem conseguido resumir a política à guerra contra o mal, na qual os policiais são vistos como os guerreiros que irão repor a ordem, a moral e os bons costumes. E, de forma adicional, guerreiros injustiçados e desvalorizados pelos “governos de esquerda”.

Ainda segundo a análise contida no Anuário, ao falar de ordem, os policiais candidatos brasileiros estariam repondo um dos principais dilemas acerca da atividade policial em contextos democráticos no mundo. Jerome H. Skolnick, em seu livro “Justice Without Trial: law enforcement in democratic society”, originalmente publicado há quase 60 anos, em 1966, parte da experiência com as polícias dos EUA para dizer que duas forças por vezes antagonizadas interagem para a definição da legitimidade democrática da ação policial. De um lado, a ideia de ordem defendida pela ideologia burocrática, que enfatiza a importância da eficiência operacional e da capacidade de iniciativa e da autonomia dos policiais, que se retroalimenta das demandas sociais por maior controle dos índices de criminalidade. Por outro lado, como pressuposto operacional, a exigência de aderência ao respeito irrestrito das normas do Estado de Direito e aos direitos individuais de todos os cidadãos impõe limites e constrangimentos à atividade policial cotidiana.

Diante desta tensão, em não poucas vezes os limites legais ao uso da força e à forma de se escolher crimes e criminosos que serão investigados são vistos por parcelas de policiais e da população como incentivadores de desordem e de violência e provocam reações contrárias. A fronteira entre limites legais e autonomia operacional vira o palco de disputas ideológicas e políticas-partidárias; vira palco de disputas de saberes e de reivindicações da especialização e da prerrogativa de definir os limites conceituais na segurança pública. E, com isso, reforça-se um quadro que confere ainda mais ênfase ao antagonismo entre, exatamente, garantia de direitos humanos e controle do crime.

O foco político dos candidatos ligados à segurança pública desloca-se para a defesa da ideia de enfraquecimento das travas legais impostas aos policiais e para a liberdade de eles próprios determinarem a legitimidade da narrativa e das ações que estruturam as representações sociais acerca dos rumos e sentidos das políticas de segurança pública e de administração de conflitos de uma sociedade – a exemplo da defesa por parte de Jair Bolsonaro da ampliação da excludente de ilicitude para todas as mortes decorrentes de intervenção policial, independentemente de investigação sobre a legitimidade dos fatos geradores de tais mortes e o controle da legalidade feito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. As polícias estão, cada vez mais, buscando ganhar autonomia em relação aos controles civis que, na prática, já as controlavam apenas excepcionalmente nas últimas décadas, em uma arquitetura institucional que fortalece a figura do presidente da República. Isso é ainda mais sensível em momentos em que líderes populistas e autoritários, como Jair Bolsonaro, ocupam tal cargo⁴.

Frente a esse dilema, historicamente esse antagonismo e/ou dicotomia entre manutenção da ordem e controle do crime, de um lado, e garantia de direitos civis e humanos, por outro, tem sido traduzido de diversas maneiras entre diferentes nações democráticas. Porém, um dos substratos derivados desse processo é comum a todos eles: os



integrantes de organizações policiais tendem, em sua maioria, a se identificar com posições mais conservadoras da sociedade e verem mudanças sociais e ampliação de direitos com maior desconfiança e contrariedade.

Uma pesquisa com a polícia do Reino Unido, de Robert Reiner, na década de 1970, indicou que 80% dos policiais ingleses à época se descreviam como conservadores. Dessa constatação nasce outra, ou seja, a realidade brasileira é uma versão turbinada daquela presenciada na Inglaterra de 60 anos atrás. Segundo Lima (2020), que agregou as agremiações partidárias⁵ em que policiais concorreram nas eleições ocorridas entre 2010 e 2020 nas categorias esquerda⁶, centro-esquerda⁷, centro-direita⁸ e direita⁹, veremos que, em média, 81,0% dos profissionais das forças de segurança do Brasil que concorreram durante as eleições no período analisado o fizeram por partidos de direita e centro-direita, tradicionalmente mais vinculados às bandeiras conservadoras da sociedade.

Porém, em um fenômeno que ganhou tração em 2018, quando 89,9% desses profissionais concorreram a cargos públicos por agremiações à direita do espectro político, será em 2022 que teremos uma tendência quase que hegemônica de captura da pauta da segurança pública pela direita. Em 2022, 94,9% das candidaturas de policiais e demais profissionais da área são por partidos de centro direita e de direita. O PL, partido pelo qual Jair Bolsonaro concorre à reeleição, é o partido com maior número de policiais candidatos, com 232 nomes. Na sequência, o PTB lançou 142 policiais candidatos, seguido do Republicanos e do União Brasil, ambos com 135. PL e Republicanos formam, junto com o PP, a coligação de Bolsonaro e o PTB, por sua vez, é presidido por Roberto Jefferson, que se notabilizou por um discurso radical de extrema direita.

TABELA 3
Candidatos policiais, por partido

Sigla do partido	Candidatos policiais	Sigla do partido	Candidatos policiais
AGIR	62	PRTB	93
AVANTE	71	PSB	29
CIDADANIA	19	PSC	76
DC	51	PSD	72
MDB	63	PSDB	38
NOVO	5	PSOL	11
PATRIOTA	121	PSTU	2
PC do B	3	PT	10
PDT	28	PTB	142
PL	232	PV	4
PMB	69	REDE	10
PMN	69	REPUBLICANOS	135
PODE	92	SOLIDARIEDADE	72
PP	98	UNIÃO	135
PROS	76	Total	1.888

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Dados gerados em 19/08/22 às 13h06; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

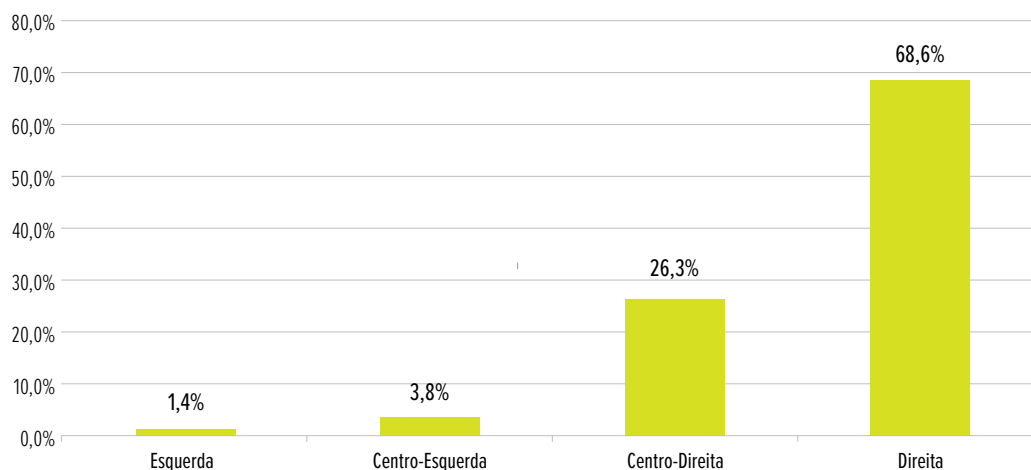
Obs: Total de policiais calculado a partir das ocupações e dos nomes de uma dos candidatos.

Em sentido oposto, também é válido notar que, em 2018, os partidos à esquerda conquistaram 2,9% das candidaturas de policiais para as suas fileiras. Em 2022, esse percentual cai para 1,4%. Mas se a propensão à adesão dos policiais

candidatos aos partidos de direita e centro-direita é um fato incontestável pelos dados analisados, isso não significa que o esforço subnacional seja homogêneo e/ou não esteja influenciado pelas dinâmicas locais e padrões operacionais específicos de cada corporação policial.

GRÁFICO 1

Candidatos policiais, por posição no espectro político-ideológico



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Dados gerados em 19/08/22 às 13h06; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Obs: Total de policiais calculado a partir das ocupações e dos nomes de urna dos candidatos.

Em 2020, o que chama a atenção é que, ao invés de se reaproximarem do universo policial e realizarem um trabalho de base e formação política que pudesse rivalizar com a narrativa de centro-direita e direita, partidos de esquerda buscaram lançar alguns candidatos policiais a prefeito e vice-prefeito que gozam de prestígio social em suas cidades, como Rio de Janeiro e/ou Bahia, para fazerem contraponto ao discurso conservador sem, no entanto, construírem um discurso alternativo sobre ordem e segurança. Na lógica partidária, o cenário de afastamento político institucional da segurança pública das pautas de esquerda parece não ter sido reconhecida e insiste-se em modelos que tangenciam os problemas estruturais, e não avançam em propostas capazes de oferecer alternativas que provoquem ressonância entre os profissionais da área.

Em 2022, ainda é cedo para avaliar o cenário de propostas, mas, a depender dos planos de governo protocolados no TSE, há um horizonte novo que talvez rompa com essa tendência. Há o reconhecimento de que é preciso falar de reestruturação das carreiras policiais e de se pensar a segurança pública como direito fundamental. Isso implica propostas que não se encerrem na atividade policial e, ao mesmo tempo, não caiam as armadilhas de pautas corporativistas apenas.

No limite, seja para um lado ou para outro, o ‘partido policial’ amplia espaços e vai se impondo como hegemônico. É possível pensar, portanto, que a manutenção do quadro de dissonâncias legais e o não atendimento de demandas legítimas por melhores condições de vida, trabalho e salário dos policiais, enfraqueceram os poucos e tímidos projetos de mudança da arquitetura institucional da segurança pública tentados pós 1988. Os policiais viram-se na posição de defenderem, eles próprios, projetos de valorização profissional e fazem isso a partir de visões de mundo que, mais do

que superarem as disputas corporativistas travadas até aqui, paralisam reformas mais substantivas e baseiam-se em concepções de ordem que retroalimentam o discurso “antissistêmico” do bolsonarismo, incluindo sua parcela mais radical - que não pode ser tolerada em uma democracia.

E no movimento de querer agradar as mais de 18 milhões de pessoas que compõem as “famílias militar e policial” anteriormente mencionadas, uma característica central do debate eleitoral foi que as críticas dos policiais candidatos e daqueles que conseguiram ser eleitos são focadas, usualmente, na gestão da segurança pública pelos governadores, já que cabe a eles a gestão de cargos, salários e programas de saúde física e mental dos bombeiros, policiais civis, penais e militares estaduais, que compõem a ampla maioria do efetivo policial do país. Bolsonaro, que durante quase 30 anos baseou sua carreira parlamentar na defesa do corporativismo de militares e policiais, percebeu esse traço de ação política e se associou a lideranças de associações e sindicatos com interesses eleitorais para criar contrapontos aos governadores. Bolsonaro soube sequestrar a pauta corporativista para os seus próprios interesses. Várias lideranças ligadas ao presidente, como aquelas responsáveis pelo motim da polícia militar do estado do Ceará, em fevereiro de 2020, se opuseram ao governador Camilo Santana, do PT, e jogaram por terra negociação salarial que já contava com a aprovação da maioria dos policiais e criaram uma crise que resultou na explosão de homicídios do estado, após 2 anos de queda acentuada.

TABELA 4
Candidatos policiais, por cargo

Cargo	Candidatos policiais	
	Números absolutos	Percentual em relação ao total de candidatos
1º Suplente	5	2,1
2º Suplente	10	4,3
Deputado Distrital	61	10,4
Deputado Estadual	1.051	6,4
Deputado Federal	720	7,0
Governador	15	6,7
Senador	13	5,6
Vice-Governador	11	4,9
Vice-Presidente	2	16,7
Total	1.888	6,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Dados gerados em 19/08/22 às 13h06; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Obs: Total de policiais calculado a partir das ocupações e dos nomes de uma dos candidatos.

Paradoxalmente, ao ganhar espaços e aderir à pauta bolsonarista, esse mesmo “partido policial” parece viver um momento delicado de enfraquecimento de suas tradicionais lideranças ligadas a sindicatos e associações, que mantinham as demandas corporativistas no debate político e lançaram nomes a cargos eletivos.

Por um lado, o alcance dessas lideranças é limitado, já que, estima-se, apenas cerca de 1/3 dos policiais brasileiros são ligados a algum sindicato ou associação e a capacidade de organização e envolvimento com a vida político-partidária não é homogênea nas várias regiões do país e sujeita a variáveis intervenientes múltiplas (forças política das elites



locais, entre outras). De outro lado, o enfraquecimento de lideranças tradicionais ocorre em paralelo ao fortalecimento de líderes mais diretamente associados à figura de Jair Bolsonaro e cujo foco é mais o de manutenção de um projeto político ideológico de poder do grupo do atual presidente. Dito de outra forma, a capacidade das associações de policiais de liderar a agenda de reformas nas condições de trabalho dos profissionais da segurança pública foi substituída pela assunção quase que inconteste de Jair Bolsonaro como porta-voz hegemônico do sentimento médio e das expectativas desses profissionais. O espaço de resistência técnica e dissonâncias internas que já era reduzido torna-se ainda mais estreito. As associações que apostaram em Bolsonaro, porém querem se manter fiéis aos seus objetivos corporativistas, estão sendo escanteadas.

Em resumo, os números do TSE para as eleições gerais de 2022 sugerem que Bolsonaro operou uma mudança significativa no campo ao chamar para si a responsabilidade pela segurança pública, mesmo que, na prática, não exista uma política nacional de segurança pública que se traduza em políticas públicas coordenadas e articuladas entre si. Ao ser o primeiro presidente da República que, desde 1988, assumiu o tema como sua responsabilidade, ele capturou a agenda para o seu projeto e, paradoxalmente, enfraqueceu as lideranças tradicionais. Ao fazer isso, os profissionais da segurança pública sentiram-se estimulados a se lançarem em maior número na política por se verem base política e ideológica natural do presidente. Porém, o risco é que o aumento de nomes nas urnas dilua votos e, ao fim e ao cabo, provoque a redução no número de policiais eleitos.

E, mesmo que consigam crescer ou ao menos manter a bancada atual, o perfil das candidaturas desses profissionais postas indica que a pauta de direitos dos trabalhadores da segurança pública será obscurecida pela agenda regressiva de costumes e direitos que deve ser colocada em prática em uma eventual segunda gestão de Jair Bolsonaro.

PRESEÇA DOS CANDIDATOS POLICIAIS NAS REDES SOCIAIS

A partir da lista de 1.888 candidatos policiais registrados nas Eleições de 2022, foram coletadas as redes sociais informadas no cadastro junto ao TSE. Foram identificadas 677 páginas/perfis no Facebook, 776 perfis no Instagram, 129 no TikTok e 174 no Twitter.

TABELA 5

Soma do número de seguidores/ amigos dos candidatos policiais nas redes sociais

Rede social	Número total de seguidores/ amigos
Facebook	31.684.505
Instagram	22.416.180
TikTok	6.133.324
Twitter	4.274.706

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Dados gerados em 19/08/22 às 13h06; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Obs: Total de policiais calculado a partir das ocupações e dos nomes de uma dos candidatos.

Obs2: Números aferidos a partir das redes sociais informadas pelos candidatos ao TSE. Dados coletados entre 16 e 19/08/22.

Os candidatos policiais somaram mais de 64,5 milhões de seguidores/amigos nas quatro redes, sendo que quase metade estão no Facebook (31,7 milhões). O Instagram aparece como a segunda rede em número de seguidores, ainda que seja a com maior presença dos candidatos, com 22,4 milhões. TikTok e Twitter somam 6,1 milhões e 4,3 milhões de seguidores, respectivamente.

TABELA 6

Dez candidatos com maior número de seguidores nas redes sociais, por rede

Nº	Facebook	Instagram	TikTok	Twitter
1º	Sargento Fahur	Delegado da Cunha	Delegado Matheus Laiola	Hamilton Mourão
2º	Delegado da Cunha	Delegado Bruno Lima	Delegado Bruno Lima	Capitão André Porciuncula
3º	Capitão Derrite	Sargento Fahur	Sargento Mota	Capitão Derrite
4º	Coronel Telhada	Coronel Telhada	Tenente Mosart	Major Fabiana
5º	Delegado Bruno Lima	Tenente Bahia	Danny Arouca	Delegado Ramagem
6º	Capitão Alberto Neto	Capitão Derrite	Major Elizete	Tenente Mosart
7º	Soldado Adriano José	Delegado Matheus Laiola	Sargento Tânia Guerreiro	Cabo Daciolo
8º	Cabo Daciolo	Delegada Gleide Angelo	Delegado Marcus Vinicius	Delegado Eder Mauro
9º	Delegado Waldir	Cabo Daciolo	Cris Rorato	Delegado Alexandre Saraiva
10º	Major Mecca	Capitão Conte Lopes	Delegado da Cunha	General Pazuello

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Dados gerados em 19/08/22 às 13h06; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Obs: Total de policiais calculado a partir das ocupações e dos nomes de uma dos candidatos.

Obs2: Números aferidos a partir das redes sociais informadas pelos candidatos ao TSE. Dados coletados entre 16 e 19/08/22.



REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; LIMA, R. S.; BUENO, S. 14ª Edição. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

LIMA, R. S.. Eleições de Policiais no Brasil e a força do “partido policial”. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, v. 1, p. 158-166, 2020.

LIMA, R. S.; BUENO, S. A tropa de choque de Bolsonaro. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/tropa-de-choque-de-bolsonaro/>. Consulta em 30 de maio de 2021.

REINER, R. The Politics of the Police. Oxford University Press. 1985

ROSSI, A. 2020. Em alta no Brasil, candidatura de policiais e militares é proibida em outros países. Disponível em <https://fontesegura.org.br/news/46#template-1-tema-da-semana-5mxbj-qedcf-3e0ys-26r5h-am2ce-n2rut-o2ncc-uri-cu-r5hgi-nf6xx-6v3nu-pfibs-smnuf-d2b4g-j2r8n-su4uo-gccsf-ti2b8-oti9y>. Consulta em 30 de maio de 2021.

-
- 1 Este item aproveita discussão feita originalmente para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) e republicada, com atualizações, LIMA (2021).
 - 2 Os candidatos policiais foram identificados a partir da ocupação e do nome de urna informados no cadastro junto ao TSE.
 - 3 As análises a respeito dos candidatos às Eleições Gerais de 2022 foram produzidas a partir dos dados preliminares de candidaturas disponibilizados pelo TSE em seu Portal de Dados Abertos. O arquivo foi gerado pelo Tribunal em 19/08/2022 às 13h06.
 - 4 <https://www.metropoles.com/brasil/medo-do-uso-politico-de-forcas-de-seguranca-permeia-debate-da-reforma-policial-no-congresso>
 - 5 Siglas que mudaram de nome estão duplicadas para manter a nomenclatura de cada pleito. Em dezembro de 2019, o Brasil tinha trinta e três partidos políticos legalizados.
 - 6 Partidos: PC do B; PCB; PSOL; PSTU; E PT.
 - 7 Partidos: PDT; PSB; PV; E REDE.
 - 8 Partidos: DEM; MDB; PP/PROGRESSISTAS; PPS/CIDADANIA; PSD E PSDB.
 - 9 Partidos: AVANTE, DC, NOVO, PATRI, PATRIOTA, PEN, PHS, PL, PMB, PMN, PODE, PPL, PR, PRB, PROS, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PT do B, PTB, PTC, PTN, REPUBLICANOS, SD, SOLIDARIEDADE.



FICHA TÉCNICA

Redação, coleta e análise dos dados

Renato Sérgio de Lima

Isabela Sobral

Thais Carvalho

Assessoria de Comunicação

Analítica Comunicação Corporativa

analitica@analitica.inf.br

(11) 2579-5520

Projeto gráfico e diagramação

Oficina22 Estúdio Design Gráfico e Digital

contato@oficina22.com.br

Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

INFORME DE ANÁLISE

Candidaturas
de Profissionais
da Segurança
Pública - 2022



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

www.forumseguranca.org.br